

Afeganistão: o atoleiro das intervenções humanitárias

Num território e população estas características, a ideia de fazer um exercício de engenharia social e de transformação cultural foi um ignorar gritante da realidade que acabou de forma dramática.

José Pedro Teixeira Fernandes | Público | 30 de Agosto de 2021

1. 25 anos separam a primeira entrada triunfal dos taliban em Cabul da segunda. A primeira ocorreu em Setembro de 1996, alguns anos após a retirada soviética. A segunda, em Agosto de 2021, escassas semanas após a retirada norte-americana, deixando a generalidade da opinião pública ocidental estupefacta. Mais do que qualquer outro acontecimento do passado recente, o caso do Afeganistão exemplifica a falta de uma visão político-estratégica coerente dos EUA e do Ocidente. Mostra ainda, da forma mais crua possível, a falácia das intervenções humanitárias de “*state-building*” e de “*nation-building*” em territórios com características sociológico-políticas pré-modernas onde a generalidade da população rejeita os valores e a visão do mundo ocidental.

No cerne do problema está um acumular de sucessivos erros, por falta de visão estratégica ou de coragem política para assumir que se tratava de uma missão quase impossível. Vejamos, com mais detalhe, a complexidade e os equívocos que a alimentaram a ilusão ao longo de duas décadas.

2. É necessário voltar à génese da intervenção militar dos EUA no Afeganistão e àquilo que a originou. Ocorreu na sequência do 11 de Setembro de 2001 e dos atentados terroristas perpetrados pela Al-Qaeda. Na altura, Osama bin Laden tinha refúgio no Afeganistão concedido pelo governo dos taliban, que se recusou a expulsá-lo do seu território, entregando-o aos EUA. Aquilo que aconteceu nos anos seguintes, começando com George W. Bush, foi um redireccionar da intervenção militar original — cujo objectivo era eliminar grupos terroristas-jihadistas que operam internacionalmente como a Al-Qaeda — para uma missão de “*state-building*” e de “*nation-building*”. Esta metamorfose agradou à sensibilidade humanitária que prevalece no Ocidente. A intervenção militar passou a ser vista como uma “boa guerra”, como lhe chamou Barack Obama, que desperdiçou uma grande oportunidade política de retirada após a captura e morte de Osama bin Laden, em 2011, no Paquistão (o objectivo original).

Num território e população com as características do Afeganistão, a ideia de fazer um exercício de engenharia social e de transformação cultural — recriando o Estado e a sociedade de acordo com os valores que a boa consciência humanitária ocidental pretende — foi um ignorar gritante da realidade que acabou de forma dramática. Não há nenhum exemplo histórico de sucesso num território e população comparáveis. A tarefa é de tal maneira longa, complexa e custosa que nunca foi exequível. Aos olhos dos afegãos, a sua perpetuação no tempo deu-lhe ainda tonalidades de “colonialismo”.

3. Por um conjunto de motivos histórico-políticos que não é possível explicar aqui — e devido a uma geopolítica adversa nos confins da Ásia central —, no Afeganistão não existe um Estado “normal”, nem uma nação, no sentido moderno desses conceitos. É necessário sublinhar que não há qualquer identidade nacional afegã, no sentido que o termo tem no Ocidente. O que existe é um conjunto de populações onde a identidade religiosa, que é muçulmana e fundamentalmente sunita, e a identidade étnica e tribal — pashtuns, tadjiques, uzebeques, hazaras, etc. —, com prolongamentos para os Estados vizinhos, são elementos determinantes. As populações, que são largamente rurais, estão ancoradas em valores muçulmanos tradicionais numa lógica ultraconservadora e em costumes tribais da Ásia central. Os talibans estão próximos desses valores, daí a sua relativamente fácil aceitação por muita da população, desde logo entre o seu grupo étnico de origem, os pashtuns.

Quanto ao Estado, existe formalmente no plano internacional como Estado soberano, mas, na prática, é um “Estado-falhado”. Não existem serviços estaduais que cheguem à generalidade do território e população e garantam um mínimo nas suas funções básicas de segurança, justiça e bem-estar. Não há uma administração estadual, não há um sistema de ensino que unifique e socialize a população numa identidade, língua e valores. A ideia de que missões militares e civis ocidentais no Afeganistão podiam resolver essa imensidão de tarefas é desligada da realidade. Para além de uma superficial mudança, largamente restrita a Cabul, nem um exército afegão como instituição nacional ganhou raízes, como a opinião pública ocidental viu agora depois de muitos milhões de dólares gastos em treino militar e equipamento que ficou para os talibãs.

4. Boas intenções humanitárias só por si nada resolvem. Os ocidentais que afluíram ao Afeganistão, em tarefas militares ou civis, muitos arriscando generosamente a sua vida para tentar ajudar os afegãos, foram confrontados com as imensas dificuldades práticas de uma realidade social e política quase impenetrável que os arquitectos da missão de “*state-building*” subestimaram em quase tudo. Não conhecem as múltiplas línguas e dialectos falados no país ficando dependentes de intérpretes, o que é uma grande dificuldade e factor de distorção. Não tinham meios para distinguir um talibã, ou outro elemento de grupos terroristas-jihadistas, da restante população — não se trata de um exército regular — e o uso de armas, só por si, não é critério, pois é o normal num território onde a população está entregue a si própria pela ausência do poder do estado.

Não estavam preparados para lidar com estruturas sociais pré-modernas onde a legitimidade e autoridade decorre da tribo, do clã, ou de uma autoridade religioso-político-militar. Nem sabiam gerir uma sociedade assente em relações tribais, com códigos de honra e conduta social consuetudinários, onde a fidelidade é à tribo e ao clã, não ao Estado, a lei escrita secular não existe, ou é ignorada, os costumes são patriarcais e a lógica transaccional (aos olhos ocidentais corrupção) é a prática corrente.

5. A cooptação de políticos como Ashraf Ghani (que estudou nos EUA e trabalhou no Banco Mundial), Presidente que agora fugiu dos taliban, ajudou a alimentar a ilusão da transformação do Afeganistão. Ashraf Ghani e outros falam a linguagem que os americanos e ocidentais querem ouvir — já vimos o mesmo erro no caso do Iraque. Todavia, não representam (quase) nada, pois são desconhecidos da sua própria população, que não lhes reconhece legitimidade, e não têm estruturas de poder locais onde se apoiar. Os taliban não chegaram novamente a Cabul apenas pelo medo que incutem na população, ou por terem uma força militar extraordinária — nem travaram qualquer batalha com os soldados do exército afegão, que desertaram ou mudaram de campo. A sua força está em conhecerem muito melhor o Afeganistão e estarem culturalmente mais próximos de parte substancial da população, por muito que isso choque a boa consciência humanitária ocidental. Para além disso, controlam a maioria das estruturas locais de poder numa sociedade tribal.

Quanto à minoria de afegãos que aceitou colaborar com os estrangeiros como tradutores, guias locais, funcionários, etc., enfrenta agora a perseguição e vingança do taliban (muitos dos que vimos desesperados no aeroporto de Cabul, a tentar fugir de avião, estão nessa situação). Pelos motivos apontados, o objectivo de construção de um Estado (e de uma nação) tinha tudo para falhar e falhou mesmo. Quanto ao objectivo militar e de segurança (eliminar a Al-Qaeda e evitar que o território se tornasse, de novo, uma base do terrorismo-jihadista internacional), o tempo mostrará em que medida foi atingido. O horrível atentado terrorista de 26 de Agosto no aeroporto de Cabul feito pelo Daesh-Khorasan (Daesh-K), deixa também fundadas dúvidas sobre a sua concretização.

<https://www.publico.pt/2021/08/30/mundo/analise/afeganistao-atoleiro-intervencoes-humanitarias-1975625>